IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

A HISTÓRIA ORAL COMO CAMINHO METODOLÓGICO: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS EM FORMAÇÃO SOBRE PESQUISAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ENSINO FUNDAMENTAL

JORDANA WRUCK TIMM
MILENA CRISTINA ARAGÃO

EIXO: 18. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEMÓRIA E NARRATIVAS

Resumo: O presente artigo tem sua base nas experiências de duas professoras em formação. O mesmo tem o propósito de discutir sobre a contribuição da História Oral em pesquisas na área da educação com professores da Educação Superior e do Ensino Fundamental. Ele também objetiva mostrar como o mesmo método contribuiu e/ou pode contribuir em pesquisas distintas e, também, como no caso específico deste texto, pode representar um caminho para acessar as vozes docentes. O método adotado para a escrita deste artigo consiste, justamente, no relato de experiências de ambas as autoras e faz um aprofundamento teórico como forma de fundamentar a utilização do referido método nas pesquisas na área da educação. Pode-se concluir que a História Oral aplica-se a pesquisas distintas e pode contribuir, substancialmente, para o alcance de objetivos e resultados.

Palavras-chave: História Oral. Educação. Experiência docente.

Resumen: Este artículo tiene su base en las experiencias de dos profesoras en formación. El mismo tiene el propósito de discutir la contribución de la historia oral en investigaciones en el ámbito de la educación con profesores de Educación Superior y Educación Primaria. Ello también tiene como objetivo mostrar cómo el mismo método contribuyó y/o puede contribuir en diferentes investigaciones y también, como en el caso específico de este texto, puede ser una manera de acceder a las voces docentes. El método adoptado para la redacción de este artículo consiste, precisamente, en el informe de la experiencia tanto de los autores y hace un estudio teórico como una forma de apoyar el uso de este método en la investigación en la educación. Se puede concluir que la Historia Oral se aplica a las diferentes investigaciones y puede contribuir, sustancialmente, al logro de los objetivos y resultados.

Palabras-claves: Historia Oral. Educación. Experiencia docente.

Introdução

Enquanto professoras em formação, escrever a tese de doutoramento possibilitou a realização de pesquisas com professores da Educação Superior e Ensino Fundamental. Apesar das distinções de linhas de pesquisa, objetivos e o nível de ensino em que os participantes da pesquisa lecionam, o caminho metodológico encontrou vieses em comum. Ambas adotaram a História Oral como método.

A construção do presente artigo teve a pretensão, justamente, de trazer as experiências de ambas as pesquisas, demonstrando como esse método pode ser aplicado em investigações distintas na área da educação e como, no caso das pesquisas aqui trazidas, o mesmo contribuiu (e/ou pode contribuir) para o alcance dos objetivos e resultados.

O artigo consiste num relato de experiência, com aprofundamento teórico, sobre a História Oral como método de pesquisa na área da educação. O mesmo está subdividido em dois subtítulos, além da introdução e da conclusão. Essa subdivisão foi feita com o intuito de destacar a pertinência e as especificidades do uso da História Oral em pesquisas distintas.

A História Oral e a História de Vida Ocupacional: O processo saúde-doença e o ciclo de vida profissional

na docência superior

Inicialmente, vale ressaltar que apesar da pesquisa da autora do presente texto não ser estritamente vinculada à área de história e nem à história da educação, a adoção da história oral como método aconteceu com vista a sua pertinência para a coleta e análise de dados relativos ao tema em questão.

Nesse sentido, a pesquisa não necessariamente se inclui na área da história, mas irá trabalhar com as vozes dos professores que vivenciaram determinada realidade. São professores que lecionam em universidades, em programas de pós-graduação *stricto sensu*, com o tripé ensino-pesquisa-extensão, levando em consideração o ciclo de vida profissional em que se encontram. Esse ciclo, Huberman (2013), subdivide em: a entrada na carreira, a fase de estabilização, a fase de diversificação, o pôr-se em questão, a serenidade e distanciamento afetivo, o conservantismo e lamentações e, por fim, o desinvestimento.

Para Alberti (2005) o trabalho com história oral permite escolher entre dois tipos de entrevistas, a *temática* ou a de *história de vida*, levando em consideração os propósitos da pesquisa e a relação com o tema e a questão de investigação. A primeira versa sobre a versão do entrevistado em relação ao tema escolhido. Já a segunda se interessa pelo próprio indivíduo, ele é o centro, sua trajetória desde a infância até o momento em que concede sua fala para o entrevistador, momento em que narra os acontecimentos que presenciou, vivenciou ou se inteirou. Para a autora, a entrevista de história de vida inclui, dentro de uma, diversas entrevistas temáticas.

Mesmo apontando essas diferenças, ambas pressupõem relação com o método biográfico, seja sobre um tema ou sobre um indivíduo, já que a entrevista terá a biografia do entrevistado como eixo, levando em conta sua vivência e experiência (ALBERTI, 2005). Essa autora (2005) indica a realização de entrevistas de história de vida tanto para o caso de um estudo em determinado tema, onde se considere importante tomar conhecimento e comparar trajetórias de vida de pessoas que se envolveram nele. Como, também, quando a pesquisa tratar sobre alguma categoria profissional ou social em particular (seu desempenho, sua estrutura ou suas transformações).

Em relação ao termo “trajetória”, Kofes (2001, p. 27) o usa como “[...] processo de configuração de uma experiência social singular”. E experiência, para a autora, implica tanto em ações e sentimentos, como em reflexões sobre as ações e os sentimentos, com isso a possibilidade de capturar narrativas de sujeitos sobre as suas experiências, nas quais incorporam suas interpretações, junções e disjunções temporais, mudanças, continuidades, tradições e rupturas.

Portanto, fica nítida a opção pelas entrevistas de história de vida, já que é pertinente a análise das trajetórias de vida de professores que lecionam em tal contexto, bem como se trata de profissionais de uma categoria profissional, em especial, que tem muito a narrar sobre a trajetória docente. Nesse caso, vale destacar que o que mais interessa, nessa pesquisa, é a história de vida ocupacional desses docentes e isso compreende não apenas a partir do momento em que de fato começam a lecionar, mas desde o momento em que se concebem professores. Isto é, desde o momento em que começaram a pensar em atuar nessa profissão. Desde o momento em que os pais, se for o caso, começaram a falar do futuro desse professor, almejando seu ingresso no magistério. Enfim, a pesquisa compreenderá desde o momento em que esses sujeitos passam a se sentir professores ou idealizarem essa carreira.

No entanto, além disso, percorre-se também a parte inicial da vida desses professores, pois como afirma Alberti (2005), essas informações (origens familiares, socialização, formação) nos auxiliam a situar quem nos fala e compreender suas opções de ingresso na profissão escolhida. Além de que, conforme Grazziotin e Almeida (2012), é interessante na relação entrevistador-entrevistado cumplicidade, escuta sensível, respeito à fala do outro, tudo isso somado ao conhecimento de história oral pelo entrevistador.

É pertinente destacar que utilizar a história oral como método perpassa a ideia ilusionista de simplesmente sair com um gravador, algumas perguntas e escolher os entrevistados aleatoriamente conforme se dispuserem a falar de suas vidas (ALBERTI, 2005). A história oral é muito mais que isso. Conforme a autora, esse método consiste na gravação de entrevistas, que tenham caráter histórico e documental, tem como principal alicerce a narrativa de pessoas que viveram em determinado contexto, tendo testemunhado acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida.

Além disso, não basta o entrevistado estar vivo, conforme Alberti (2005) é necessário que esteja disponível e em condições, tanto física, quanto mental para conceder respostas. A opção pela realização da pesquisa utilizando a história oral e a história de vida ocupacional desses professores, incluindo-as no método qualitativo se dá pelo simples fato da impossibilidade de quantificar dados de entrevistas desse caráter. Até por se caracterizarem em pesquisas mais demoradas, precisando, posteriormente, serem transcritas, enfim.

Com isso, ao escolher os entrevistados, não se deve seguir critérios quantitativos, mas sim, a posição que o indivíduo ocupa no tema de investigação e significado de sua experiência/vivência (ALBERTI, 2005). É possível realizar pesquisa com uma entrevista, por exemplo, no entanto, esse não é o caso aqui. Para a investigação proposta, não serão realizadas entrevistas em grande quantidade, pois perderia o caráter de história oral, mas também não serão realizadas tão poucas e correr o risco de ficar sem dados para confrontar. Por isso não se deve sair realizando o maior número de

pesquisas, indiscriminadamente, já que nosso foco não é na quantidade e sim na qualidade. Portanto, precisamos ter tempo hábil para realizar a análise de todas elas, além de confrontá-las.

Alberti (2004) defende que a história oral opera por descontinuidades, onde são selecionados acontecimentos, conjunturas e modos de vida, a partir disso nos possibilita conhecer o que se passou. Em outra obra, a autora (ALBERTI, 2005) afirma que o mais interessante é essa possibilidade de comparar distintas versões de entrevistados que vivenciaram situações, contextos e/ou períodos semelhantes. Com isso, o trabalho terá mais consistência para o debrúço nas análises conforme o maior número de coletas possíveis para esse tipo de investigação.

A História Oral como caminho metodológico: Os castigos escolares nas vozes docentes

Ao descrever a trajetória de uma pesquisa que se utilizou de fontes orais, é importante iniciar pelo que originou esta investigação: o desejo de compreender como as docentes do ensino fundamental constroem suas práticas e representações sobre os castigos utilizados em classe. Ora, se partirmos do princípio que a relação professor-aluno faz parte do núcleo do trabalho docente, cujos efeitos se irradiam sobre outros elementos do ofício; e que os alunos são sujeitos “capazes de iniciativa e dotados de certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores” (TARDIFF e LESSARD, 2008, p.35), as discussões sobre os castigos – situações efetivamente relacionais – não deveriam ser desprezadas ou secundarizadas nos debates e análises.

Neste contexto, algumas interrogações provenientes de observações e vivências como Psicóloga em escolas de Educação Infantil e Séries Iniciais fizeram-se presentes: Como ocorre a escolha dos castigos? Trata-se de uma escolha consciente? Teria relação com os castigos que vivenciou na sua história de vida, seja como filha ou como aluna? Aprendeu durante o processo de formação profissional ou ao longo de sua trajetória como professora? Enfim, que sentido as professoras atribuem aos castigos utilizados em sala de aula? Como constroem suas práticas? Tais indagações conduziram a uma reflexão: será que a incorporação dos castigos na prática profissional docente se entrelaça com a história de vida, em especial com os saberes aprendidos na infância (por meio da família e da escola), sendo naturalizados nas ações e tendo pouca relação com os cursos de formação, o que faz com que sua escolha não seja com base nos conhecimentos e saberes da pedagogia?

Tais indagações foram o mote para buscar compreender os usos dos castigos em sala de aula, mais ainda, como essas práticas são construídas. Para tanto, foi necessário ir ao encontro daquelas que definem quando, como e porque castigar, ou seja, as professoras; a fim de investigar a construção de suas práticas e representações sobre os castigos aplicados nas escolas. O estudo das representações possibilita revelar a produção dos sentidos dados pelos docentes ao uso dos castigos escolares, oportunizando conhecer o processo de produção de suas práticas, bem como considerar o processo histórico do qual fazem parte.

Deste modo, o cenário de investigação da pesquisa envolveu a escuta de dez professoras aracajuanas, formadas em pedagogia, sobre a construção de suas práticas e representações sobre os castigos utilizados em crianças nas primeiras séries do ensino fundamental, problematizando-as à luz dos estudos histórico e culturais. A escolha pelo sexo feminino foi em decorrência de sua presença massiva nas primeiras séries do ensino fundamental. Conformedados da Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pelo Ministério da Educação em 2011, este aponta que 97,06% [i]dos docentes deste nível de ensino são mulheres.

Desta forma, as respostas as interrogações e reflexões anteriormente citadas levaram à escolha da História Oral como caminho metodológico, tendo em vista esta preocupar-se com a memória dos sujeitos, alçando-os a posição de testemunhas do vivido.

De acordo com Alberti (2005), a história oral é utilizada em pesquisas sobre temas contemporâneos, “ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, ou como testemunhas”. (ALBERTI, 2005, p. 4). Assim, a história oral pode ser entendida como “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas [...] como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.” (ALBERTI, 2005, p 52).

Para o presente estudo, as entrevistas foram realizadas na perspectiva da História Oral Temática, tendo em vista os castigos serem portadores de elementos relacionados com a vida pessoal, escolar e profissional das docentes; sendo possível, por meio dele, acessar as vivências e experiências dos sujeitos com relação a um tema específico. Os testemunhos decorrentes das entrevistas nesta perspectiva possibilitaram “esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma”, senão através da escuta de suas versões. (AMADO; FERREIRA, 2006, p.XIV).

Conforme Portelli (1997), a história oral está atrelada a processos culturais, sociais e históricos que são problematizados por meio do diálogo com as experiências dos sujeitos, narrativas estas impregnadas de significações apropriadas ao

longo da vida. Desta forma, as narrativas produzidas são representações de sujeitos ou grupos, contendo lembranças e esquecimentos que são ressignificados no momento da entrevista. Como resultado, são produzidas as fontes orais, ou seja, narrativas que, formuladas intencionalmente, são analisadas, criticadas, interrogadas, contextualizadas (ALBERTI, 2005).

Vale salientar que uma das críticas à História Oral está na subjetividade do entrevistado, gerando receios de que esta produza distorções que prejudiquem a pesquisa. Ora, de lembranças e esquecimentos também são compostos os documentos oficiais, tendo em vista serem construídos pelas mãos de sujeitos imersos em relações de interesses e interdições.

Durante muito tempo, desde a perspectiva positivista predominante no século XIX, a História preconizou o escrito em detrimento do oral [...] Considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuíram para o conhecimento do passado, pois são subjetivos, muitas vezes distorcem os fatos e dificilmente seriam representativos de uma época ou grupo. [...] Hoje é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico. (ALBERTI, 2005, p. 163).

O papel do pesquisador, portanto, não é buscar as verdades contidas em suas falas, mas entendê-las como construções, um recorte, uma das possibilidades para compreender o objeto que, entrelaçadas com outras fontes na tessitura da narrativa, ajuda a compor o quebra-cabeça.

Nesse sentido, é possível utilizar a metodologia da História Oral, por exemplo, para problematizar práticas e representações de professores sobre a docência, presentificando vivências que os constituíram em um dado momento histórico, colaborando para desvelar, entre diversas questões, a construção cultural e identitária de um grupo profissional, tendo em vista a identidade profissional ser construída, conforme Gomes,

[...] com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão, na revisão das tradições. Mas também na reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem às inovações porque são prenes de saberes válidos às necessidades da realidade, do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se também pelo significado que cada professor, como ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, suas histórias de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios. (GOMES, 2009, p. 41).

A História Oral se apresenta, então, como “mais um dos meios e acervos de informação de que dispõe o pesquisador para a construção da percepção, no tempo e no espaço, da experiência humana” [...]. (LOZANO, 2006, p. 24). Desta forma, compreender as possibilidades de uso da História Oral nas pesquisas em História da Educação, passa pela apropriação de todo um movimento histórico que retirou os sujeitos dos becos e alçou-os à condição de agentes ativos e inventivos. Por seu intermédio, é possível tornar sujeitos protagonistas da história, uma vez que

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p. 44).

Portanto, a metodologia da História Oral se mostra como aliada do trabalho do pesquisador que, ao encarnar Sherlock Holmes (GINZBURG, 2007) em busca de pistas contidas nas memórias docentes, imprime uma mensagem há muito tempo silenciada: de que são importantes, na medida em que caminham diuturnamente com um livro embaixo do braço e uma caneta nas mãos, redigindo suas histórias e, por conseguinte, as histórias dos espaços em que transitam.

Conforme Halbwachs, mesmo que aparentemente particular, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Assim, a memória individual está enraizada em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória individual para se converter num conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (HALBWACHS, 2006)

Deixar-se abraçar pela memória do outro, inserir-se nas suas vivências e experiências, exige do pesquisador a construção de uma relação de confiança com o entrevistado, para que ele sinta-se à vontade em abrir sua vida a quem, de fato, é uma pessoa estranha. Desta forma, ao entrevistador cabe assumir o papel de um ouvinte atento a cada fala, bem como um observador minucioso de cada gesto e expressão, numa postura de empatia e acolhimento ao outro, para que a entrevista – que é uma relação - transcorra de maneira positiva.

Como resultado, a pesquisa apontou que as docentes, ao relatarem sobre suas ações e a dos colegas, bem como sobre a construção de suas práticas, algumas situações ficaram em evidência: primeiramente o simbolismo do espaço de trabalho, isto é, ao mesmo tempo em que é um campo de poder, onde possuem relativa autonomia para lidarem com as questões de indisciplina, é também um *locus* solitário, traduzido na expressão “sua sala, seus problemas”, decorrendo no aumento de tensão diante de um ofício que, por si só, já é gerador de stress, tendo em vista as inúmeras atividades que a função docente clama. Nos relatos, ficou claro um pedido de ajuda, de suporte frente às situações cotidianas.

Em consequência da falta de apoio que dizem ter, terminam por escolher os castigos baseados no que pensam ser adequado na situação – mesmo que faça parte deste momento o descontrole emocional frente ao cenário instaurado. Assim, os saberes da experiência, provenientes do *habitus* (BOURDIEU, 1983), ou seja, crenças, valores, ações e percepções adquiridas pelo sujeito no curso de sua trajetória de vida, que possibilita desenvolver estratégias individuais ou coletivas para lidar com as mais diversas situações; é o que define de que maneira irão agir frente a uma situação de indisciplina (definição esta muitas vezes inconsciente, mas que se tornou mais clara durante a entrevista). As alegações de que se inspiraram em suas famílias, ou em experiências escolares (independentemente de terem sido agradáveis ou não), denunciam que vêem o castigo como escolhas pessoais, ao mesmo tempo em que o investem de certa linearidade: “minha mãe era amorosa, eu também sou”, “ela apanhou muito, por isso bate nos alunos”, “minha professora era rígida e funcionou, então também sou, pois acostumei assim”.

Seria como se a prática do castigo não fosse componente do processo pedagógico, mas parte da personalidade do sujeito. Para a ocorrência de uma mudança deveria haver, então, uma pressão externa, nas linhas de uma prescrição legal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), o qual foi percebido como fator fundamental para que os castigos físicos fossem coibidos nas escolas. Pode-se refletir, portanto, que a incorporação dos castigos na prática profissional docente se interrelaciona com a sua história de vida, sendo naturalizados em suas ações e justificados com base na construção da personalidade. Fato que se apresenta como um problema, pois eles deixam de ser discutidos a partir (também) de pressupostos teórico-metodológicos, para serem olhados por um prisma puramente subjetivo.

Diante disso, os cursos de formação foram apontados pelas docentes como ineficazes no sentido de discutir esta temática, situação que reforçou suas escolhas a partir do *habitus*. As críticas ao curso de formação estavam presentes nas verbalizações de todas as docentes, desde as aposentadas, até as recém formadas; sendo estendidas à dicotomia entre teoria e prática, bem como à ineficiência dos estágios.

Tal fato evidenciou que os desafios em compor um currículo e uma estrutura que alie teoria e prática são percebidos desde longa data, mobilizando a reflexão sobre as lacunas existentes no curso de formação inicial. Contudo, é importante pontuar a necessidade de uma maior autonomia docente em complementar sua aprendizagem, tendo em vista a impossibilidade do curso em abranger toda a complexidade existente na função docente (o que não desvaloriza as críticas efetuadas).

Nesse contexto, a História Oral mostrou-se um caminho metodológico profícuo na investigação das representações docentes sobre os castigos escolares por permitir um mergulho na memória das professoras, possibilitando o registro de lembranças sobre sua infância, tempo de escola primária, a vivência no curso normal e na graduação, fornecendo elementos para pensar as práticas de castigos como construção histórica e cultural, bem como investigar permanências

e mudanças ao longo do tempo.

Conclusão

É possível perceber que na pesquisa com a Educação Superior, o método da História Oral permite um aprofundamento ao analisar questões sobre o processo saúde-doença em professores atuantes nos distintos ciclos da vida profissional. Já, ao utilizá-la como caminho investigativo na pesquisa com docentes do Ensino Fundamental, permitiu reconhecer que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, bem como as especificidades de cada contexto devem ser conhecidas e respeitadas, tendo em vista a produção do conhecimento também estar presente nas vozes docentes.

A partir do relato das experiências dessas duas professoras em formação, foi possível concluir que a História Oral é um caminho metodológico viável para acessar as vozes docentes. É concebível constatar, também, que ela aplica-se a pesquisas distintas e pode contribuir, substancialmente, para o alcance de objetivos e resultados, em especial, na área da educação.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. VII-XXV.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____ *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143-179.

GOMES, Marineide de Oliveira. *Formação de professores na a educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dória Bittencourt. *Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HUBERMAN, Michaël. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). *Vidas de professores*. Coleção Ciências da Educação (n. 4). 2. ed. Tradução de Maria dos Anjos Caseiro e Manuel Figueiredo Ferreira. Porto: Porto, 2013. p. 31-61.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LOZANO, José Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-25.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-33, abr. 1997.

TARDIFF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente*. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

[1] Ver: <http://portal.mec.gov.br/>.

A autora é Doutoranda em Educação (PUCRS), Mestre em Educação (UCS), Psicopedagoga, Pedagoga. Bolsista CAPES. jordanawruck@hotmail.com

A coautora é Doutora em Educação (UFS), Mestre em Educação (UCS), Psicóloga. mi.aragao@yahoo.com.br

Recebido em: 30/06/2015

Aprovado em: 30/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: